ISSN:1984-2295

Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: www.ufpe.br/rbgfe

Entre a supressão e a conservação da natureza na cidade: o fortalecimento da racionalidade ambiental para o resgate da beleza da paisagem

Cláudio Jorge de Moura Castilho¹; Ítalo César de Moura Soeiro²; Bruno Augusto Nogueira Monteiro Pontes²

¹Professor do PRODEMA-UFPE. E-mail para correspondência: cjmc@ufpe.br; ²Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mails para correspondência: italosoeiro@gmail.com; bruno_augusto_@hotmail.com

Artigo recebido em 11/05/2016 e aceito em 21/06/2016.

RESUMO

Este artigo constitui uma tentativa de fazer uma reflexão sobre o embate entre a supressão e a conservação da natureza na cidade, defendendo o fortalecimento da racionalidade ambiental como caminho ao resgate da beleza da paisagem urbana. No que concerne à metodologia, partiu-se da ontologia da realidade concreta, considerando suas diversas perspectivas de representação. Corroboramos, enfim, a hipótese de que é possível resgatar a beleza da paisagem através da implementação de um processo permanente de educação norteado pela racionalidade ambiental, o que se faz de fundamental relevância para a retomada do processo de desenvolvimento ambiental na cidade.

Palavras-chave: Economicismo; racionalidade ambiental; direito à natureza; ambientes urbanos

Between the suppression and conservation of the nature in the city: the role of the environmental rationality towards the recovery of the beauty of landscape

ABSTRACT

This article is an attempt to do a reflection of the clash between the suppression and conservation processes of the nature in the city, defending the role of environmental rationality as a way towards the recovery of the beauty of urban landscapes. With regard to the methodology, we took in account the ontology of concrete reality as a starting-point, considering at the same time different types of representation's perspective. Finally, we confirm the hypothesis that it is possible recover the beauty of landscape through an educational process oriented by an environmental rationality, which is essential for the resumption of the environmental development process in the city.

Keywords: Economicism; environmental rationality; the right to the nature; urban environments.

Introdução

No curso dos últimos quinhentos anos, a supressão da natureza sempre constituiu um dos principais problemas decorrentes do processo de formação territorial no Brasil fundamentado na racionalidade que visa, preponderantemente, a geração de valores econômicos, ou seja, fundamentado no economicismo. Isso porque, segundo suposições basilares da sociedade moderna ocidental, ao abandonarem a concepção da natureza enquanto algo vivo e orgânico, passando a concebê-la como objeto a ser dominado e a serviço da ideia de progresso – a qual é bem referenciada por Hanna Arendt –, retiram-na do interior das relações éticas, assentando nossa relação com o mundo em uma ética que “vê os seres humanos como situados

acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’, à natureza.” (Capra, 2006, p. 25).

O progresso é, certamente, mercadoria mais séria e mais complexa em oferta na feira de superstições de nossa época. A crença irracional do século XIX no progresso ilimitado encontrou aceitação universal principalmente por causa do impressionante desenvolvimento das ciências naturais as quais [...] poderiam aguardar a perspectiva interessante da infundável exploração da imensidade do universo. Que a ciência, ainda que não mais limitada

pela finitude da terra e de sua natureza, seja objeto de infindável progresso não está de maneira alguma assegurado [...] O progresso, em outras palavras, não mais serve como padrão por onde avaliar o processo de transformação desastrosamente rápido que liberamos. (Arendt, 2004, p. 20-21)

Com efeito, admitimos que a maioria das pessoas e, em especial, nossas reconhecidas instituições sociais, como afirma Capra (2006), corroboram com os conceitos de uma visão do mundo, mediante a qual, como alertara Harvey (2013), sob a lógica do progresso no modo capitalista, tudo se reduz à produção de valores econômicos, mesmo que tenha que negar direitos sociais dentre os quais se destaca o de estar próximo à natureza.

Acredita-se, portanto, que o direito à natureza, que é fundamental à vida humana na Terra, é um dos direitos negados pelo economicismo, o que, por si só, suscita o exercício de críticas mediante as quais se pode entrever algo diferente em termos de formação territorial. Neste sentido, Henrique (2009, p. 168), dentre outros autores, propõe discutir o direito coletivo à natureza, defendendo que:

O espaço deve unir os homens entre si e com a natureza, mesmo uma natureza já plenamente socializada que pode se tornar ainda mais rica e interessante do que aquela natureza bruta. Um espaço cheio de vida, [...] para todos e não [...] excludente. No caso da natureza, esta deveria passar, além de sua desfetichização, por um processo de desmistificação da sua aura romântica [...] e ser definitivamente entendida como um elemento integrado à vida social, ao cotidiano da cidade, fruto de uma história social construída pelo trabalho humano e por vários sistemas de ideias.

Partindo desta perspectiva, sustentamos, neste artigo, que o direito à natureza para todos os habitantes da Terra deve ser concretizado, para o que ressaltamos a necessidade de considerar a inserção do que Louv (2014) chama de “princípio da natureza” em todas as práticas de uso do espaço a fim de evitar a continuidade do processo de supressão da natureza ainda presente nos territórios vividos. De acordo com tal princípio, a

natureza deve ser considerada em todas as práticas sociais, promovendo a reconexão com o mundo natural como fundamental à saúde, ao bem-estar, ao espírito e à sobrevivência dos seres humanos (Ibidem, p.17).

Não se trata, aqui, de buscar realizar uma reconexão com um ‘mundo natural’ compreendido como construto de uma retórica ecologista deturpada pela ideologia capitalista. Ou seja, o ‘mundo natural’ que é simbolizado apenas pelo verde, pelo canto dos pássaros, pelos rios, portanto, pelas ‘belas’ paisagens. Isso seria uma reconexão forjada e falaciosa, como demonstraram Soeiro e Castilho (2015). Trata-se, porém, de uma reconexão com o mundo natural em sua plenitude, e diversidade como totalidade complexa. Neste se inclui, também, as trevas, a face medonha e ‘feia’ da natureza. Trata-se, por fim, de uma proposta de conversão da ética e da educação estética do humano em relação à natureza em sua diversidade e complexidade, aproximando-se do que Schiller (2014) chamou de ‘homem lúdico’.

É mediante a cultura ou educação estética, quando se encontra no ‘estado de jogo’ contemplando o belo, que o homem poderá desenvolver-se plenamente, tanto em suas capacidades intelectuais quanto sensíveis. [...] Através do belo, o homem é como que recriado em todas as suas potencialidades [...]. Visto desta perspectiva, o homem em sentido pleno – o homem lúdico – não busca apenas retirar-se à ‘clausura’ de sua moralidade, mas empenha-se exatamente em dar vida às coisas que o cercam [...] o homem assim destinado a aperfeiçoar a realidade [...] é chamado por Schiller de nobre: ‘[...] Deve ser dita nobre a alma que tenha o dom de tornar infinitos, pelo modo de tratamento, mesmo o objeto mais mesquinho [...]’. (Susuki, 2014, p.14-15)

Pode-se dizer, então, que se busca uma aproximação entre ética e estética, pela qual o ‘homem lúdico’ deve possuir como imperativo essencial aproximar dignidade e felicidade, dever e prazer, razão e sensibilidade no belo. Com efeito, como ainda nos alertou Susuki (2014), se de um lado a estética apoia-se no modelo da moral, de outro essa mesma estética será capaz de corrigir a parcialidade da visão moral contida no

imperativo, não somente dando-lhe conteúdo, mas também possibilitando sua aplicação no mundo.

Apela-se, neste artigo, para o reforço visando a uma nova ética, uma nova estética, uma nova metafísica. Pois, como afirma Passmore (1995), a metafísica ocidental e a ética, têm contribuído para o encorajamento do processo vigente de exploração da natureza. Portanto, mesmo sendo uma problemática de forte complexidade, acreditamos na existência de possibilidades para soluções para resolver os principais problemas vinculados à produção dos territórios humanos. Porém, tratam-se, sempre, de soluções que requerem uma mudança radical no que tange às nossas percepções, ao nosso pensamento e aos nossos valores, tal como argumentou Capra (2006). Essa mudança pode ser encarada por muitos como utópica, pois tendo em vista todos os obstáculos epistêmico, ético e civilizatório que se apresentam como inércia da modernidade e do modo de produção capitalista, a passagem para uma formação territorial pela qual a supressão da natureza seja substituída por uma dimensão em que, como afirma Marcuse (1987, p. 78), “os seres humanos, a natureza, e as coisas deixam de se submeter à lei do princípio da realidade estabelecida [...] que torne perceptível, visível e audível o que já não é ou ainda não é percebido, dito e ouvido na vida diária”, aparenta ser impossivelmente alcançável.

Em assim sendo, neste artigo, aproximamos a abordagem da natureza ao conceito de ‘belo’, colocando a natureza como uma dimensão que deve ser tratada – teórica e praticamente – no sentido de superar a ideia de dominá-la e, por conseguinte, de suprimi-la forjando ideias falsas sobre ela. O objetivo principal deste artigo reside, portanto, na crítica ao uso da natureza conforme à racionalidade economicista, a qual tem suprimido a natureza no espaço urbano, agravando a crise ambiental que vivenciamos hoje. Isso para defender, por outro lado, a necessidade de construir novas atitudes frente à natureza, como sugere Passmore (1995), desta vez conforme à racionalidade ambiental, que seja capaz de não só manter, mas, ao mesmo tempo, de expandir a natureza e sua importância no processo de produção do espaço urbano.

A relevância deste tema reside, sobretudo, no fato de que urge a implementação de práticas urbanísticas e de políticas públicas, por exemplo, que passem a usar o território no âmbito da valorização e do respeito da sua complexidade e

poética, conservando sua beleza. Mas, concomitantemente, ampliando-a, tal como nos ensinara, ainda em meados do século XIX quando se teve início o processo de aceleração da supressão da natureza em nossas cidades, Élisée Reclus.

Material e métodos

Diante da especificidade deste nosso trabalho, de pronto, destacamos que, se por método se entende “[...] uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho [...]” (CHASIN, 2009, p. 89), não há método em nosso estudo.

Nosso caminho, destarte, não se pautou em procedimentos metodológicos preestabelecidos como uma fórmula mecânica e fria, bem como não se pautou na aplicação de modelos alienados e alienantes da realidade ambiental. Partimos da ontologia da realidade concreta e não de uma gnosiologia como *modus operandi*. Foi, portanto, da realidade concreta que retiramos nossas orientações metodológicas. Por fim, convém afirmar que a escolha dos procedimentos metodológicos escolhidos por nós foi desenvolvida ao longo da realização da pesquisa, ou seja, através do nosso contato e aproximação com a realidade concreta.

Esta escolha metodológica buscou superar a ideia de supressão da natureza através da análise da dinâmica da fronteira sociedade-natureza como dimensão puramente física e visível da sociedade, apreendendo e compreendendo, simultaneamente, sua dimensão simbólica ligada à história dos homens, a fim de explicar a problemática dos seus efeitos sobre a sociedade. De acordo com Raffestin (2007, p. 2),

Je laisse donc de côté la frontière, en tant que morphologie, pour tenter de comprendre sa structure non visible, mais observable, dans ses effets sur l'homme, à l'occasion d'une apparition, d'une disparition ou d'un changement. Je veux expliciter la connaissance de la connaissance et de la pratique que les hommes ont d'une réalité matérielle ou non qui s'appelle la frontière. Je dis matérielle ou non car une norme, un interdit, une loi ou un règlement entretiennent d'étroits rapports avec l'idée de frontière, sans pour autant

laisser de traces immédiatement apparentes dans l'espace.

Nesta perspectiva, segundo o mesmo autor, a fronteira – para nós compreendida também como marco material/simbólico da supressão da natureza – pode engendrar sofrimento e dor. Com efeito, na condição de geógrafos que se acham comprometidos com a análise crítica dos problemas abordados visando, pelo menos, sua mitigação, colocamo-nos, também, como cientistas sofrendores pelas paisagens resultantes da lógica de produção de espaços que suprimem a natureza das nossas vidas, negando-nos o direito de estarmos próximos dela, como representação do belo. A este respeito, diz Vallerani (2013) que se deve fazer um tipo de academia e formar um tipo de cidadão que se tornem:

[...] ‘Sofredores pela Paisagem’ cuja finalidade deveria ser o protesto civil, o empenho político, a missão ambientalista, o despertar da indignação, a mobilização das consciências. Na realidade, [...] vale a pena reforçar o crescente envolvimento de espíritos atentos, fazendo ainda valer seu senso crítico, empenhados a recriar sérias e tocantes motivações críticas ao modelo de desenvolvimento em vigência [...] o qual, se por um lado teve o grande mérito de elevar a economia do País melhorando as condições de vida dos seus habitantes, por outro não mostrou nenhuma preocupação e atenção para com os problemas da distribuição dos seus danosos efeitos colaterais. (Ibidem, p. 123, tradução livre)

Em seguida, far-se-á a crítica do uso da natureza no âmbito da racionalidade economicista para defender a necessidade urgente do reforço em termos da retomada do processo de construção da racionalidade ambiental, a fim de explicar melhor a necessidade de promover a reconexão ética, bem como a estética com o mundo natural. Ao final, como conclusão da presente reflexão teórico-prática, recolocar-se-á a perspectiva de resgate da beleza, visando aproximar a abordagem da natureza ao conceito de ‘belo’, para assim reforçar o imperativo de uma relação da sociedade-humana com a natureza que seja capaz de ser garantida como direito da coletividade e não de apenas de alguns grupos sociais.

Resultados

Na medida em que as práticas de uso do território fundamentadas no economicismo não cessam de acontecer, a fronteira sociedade-natureza vai se reduzindo e, conseqüentemente, a natureza vai sendo suprimida. Problema este que se tem agravado pela expansão, desse sobretudo meados do século XIX, da urbanização, o principal fator de supressão da natureza na cidade o qual, por sua vez, reduz a fronteira “natural”. Ameaça esta que se agrava, nos nossos dias, com a celeridade do processo de globalização, na medida em que a urbanização constitui fator essencial deste processo histórico.

Acerca da crescente instrumentalização dos territórios como forma de potencializar as possibilidades rentistas, utilizando-se da natureza ou de sua escassez, no sentido de produzir vantagens competitivas na disputa entre os lugares – visando atrair investimentos puramente vinculados aos interesses da geração de valores, consumidores, etc. – ressaltamos as ações voltadas para o *marketing* de lugares, o que “significa projetar um lugar de modo que satisfaça às necessidades de seus mercados-alvo”, segundo Kotler (2006, p. 148). Ao mesmo tempo, isso revela, deste modo, a estratégia de mercantilizar os lugares ressaltando as características naturais e a beleza da natureza – paradoxalmente – como uma das principais atrações visando à sua contemplação. Neste sentido, Kotler (Ibidem, p. 167) afirma que

Lugares com uma paisagem espetacular ou maravilha natural [...] têm uma vantagem competitiva [...] têm a oportunidade de tornar suas cidades mais atraentes ambiental, física e esteticamente utilizando projetos de reforma urbana de longo prazo que se concentrem em valores estéticos, destacando assim as atrações naturais.

Achamo-nos, portanto, diante de um utilitarismo ideológico da natureza como vantagem competitiva, que se realiza através de objetivos puramente econômicos, subvertendo a real necessidade da reaproximação da natureza; o que é refletida por novos valores, posturas, alinhados aos pressupostos inerentes à perspectiva da racionalidade ambiental sugerida por Leff (2009a).

Desde meados do século XIX, Élisée Reclus também havia começado a fazer sua crítica

quanto ao uso da Natureza sob perspectivas puramente utilitarista e economicista; e, ao mesmo tempo, a destacar a relevância da natureza para o Homem, reconhecendo a existência de outras práticas alternativas de uso do território.

O homem verdadeiramente civilizado, compreendendo que seu próprio interesse confunde-se com o interesse de todos e aquele da própria natureza, age completamente diferente. Ele repara os estragos cometidos por seus predecessores, ajuda a terra em vez de encarniçar-se brutalmente contra ela; trabalha pelo embelezamento tanto quanto pela melhoria de sua extensão. [...] Tornado ‘a consciência da terra’, o homem digno de sua missão assume por isso mesmo uma parte da responsabilidade na harmonia e na beleza da natureza circundante. (RECLUS, 2010b, p. 53-54)

Mas, por que se traz uma ideia de meados do século XIX para explicar um problema que acontece no século XXI? O fato é que, desde aqueles tempos, o capitalismo, sob o qual se continua a viver nos tempos atuais, havia começado a acelerar seus processos de produção de valores, direcionando-os, mormente, para atender interesses puramente econômicos, embora, muitas vezes, tivesse que suprimir a natureza, precarizando ainda mais a qualidade de vida humana nas cidades.

Com efeito, vale ressaltar que, como dizia Castoriadis (1992, p. 77), “Tudo tem que ser dito de novo. [...] A humanidade parece [...] surda; e realmente não ouve o essencial”. Em outras palavras, tem-se, frequentemente, a necessidade de retomar ideias, ainda que tenhamos que repeti-las, a fim de que, realmente, a humanidade escute e enxergue os problemas atuais. Desse modo, se as repetimos é porque elas continuam a existir na medida em que se está sob o mesmo sistema social, econômico e territorial, ou seja, o capitalismo, cuja lógica de funcionamento é a mesma – a do economicismo –, mudando somente suas formas, as quais apenas se reconfiguram no tempo e corroboram valores como o consumismo, o produtivismo inconsequente, a racionalidade instrumental, o individualismo, a concepção mecanicista da natureza e da sociedade.

Com efeito, na figura 1, vê-se, de maneira clara, a atual fronteira da natureza frente ao avanço da urbanização em torno da área dos manguezais do Pina, bairro da cidade de Recife. Esta área, segundo Recife (2012), localizando-se entre os bairros Pina, Boa Viagem e Imbiribeira, apresenta características sobretudo aquáticas com manguezais e ilhas cercadas por braços dos rios Jordão e Pina. O que lhe garantiu, institucionalmente, o status de Unidade de Conservação (UC), sendo considerada, assim, como Parque Natural Municipal desde 2010, prestando diversos serviços ambientais: controle das marés, reprodução e desenvolvimento de espécies típicas e amenização climática.

Figura 1. Fronteira Natureza-Sociedade em Pina, Recife. FONTE: Malha Digital, IBGE, 2010. Imagem de satélite obtida pelo plugin do QGIS Bing Maps, 2016.

Nota-se, portanto, nesta figura, que existe uma forte pressão da urbanização sobre a referida UC, cuja fronteira tem sido reduzida de maneira expressiva durante o curso do processo de aceleração do crescimento urbano em Recife; o que, nesta área específica, aconteceu, sobretudo, a partir de meados do século passado.

Na figura 2, nota-se a atual fronteira da natureza frente ao avanço da urbanização, em torno do açude de Apipucos, que se situa no bairro

de mesmo nome em Recife. Esta área, segundo Recife (2012), também constitui uma UC, possuindo vegetação de resquícios de Mata Atlântica e higrófila, e é formada por importantes objetos naturais: pelo próprio açude de Apipucos, pela lagoa do Banho e por canais tributários integrantes da bacia hidrográfica do rio Capibaribe, o mais importante da cidade. Também nesta área, a urbanização vem ameaçando a natureza, sobretudo durante as últimas décadas.

Figura 2. Fronteira Natureza-Sociedade em Apipucos, Recife. FONTE: Malha Digital, IBGE, 2010. Imagem de satélite obtida pelo plugin do QGIS Bing Maps, 2016.

Na figura 3, observa-se a área construída ao longo da praia do Paiva, no município do Cabo de Santo Agostinho, que também faz parte da Região Metropolitana do Recife(RMR), fazendo fronteira com o município de Jaboatão dos Guararapes, próximo de Recife. Trata-se de uma área que, durante décadas, foi utilizada como reserva de valor por seus proprietários fundiários, sendo inserida na dinâmica urbana do núcleo metropolitano após a confirmação de grandes projetos ligados à implementação do chamado Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), assumindo uma localização estratégica no espaço da RMR.

Esta área também possui peculiaridades em termos do seu sítio geográfico-ambiental urbano, tais como: manguezal, estuário dos rios Jaboatão e Pirapama, restinga, recifes de corais e a presença de uma Reserva de Floresta Urbana (FURB), de acordo com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), a Mata de Camaçari, um dos resquícios significativos e

resistentes de Mata Atlântica no ambiente urbano situado ao sul da RMR. Hoje, porém, tais características são exploradas para garantir a valorização econômica da área.

O que se faz ainda mais grave é que a supressão da natureza vem acontecendo também em áreas, tais como as duas primeiras, que estão protegidas pela legislação ambiental local: a primeira como Unidade de Conservação Natural (UCN) Parque dos Manguezais; e a segunda como Área de Proteção Ambiental (APA) Açude de Apipucos, de acordo com o Plano Diretor – Lei municipal nº17.511/2008 – o qual considera a necessidade de implementação de uma política ambiental para a cidade. Esta política é

[...] entendida como um conjunto de diretrizes, instrumentos e mecanismos de política pública que orienta a gestão municipal na perspectiva de fomentar o desenvolvimento sustentável, alicerçado na justiça social, no

crescimento econômico e no equilíbrio ambiental, promovendo melhorias na qualidade de vida da população. (RECIFE, 2012, p. 01)

Lei interessante, resultante, sobretudo, de pressão dos movimentos ecológicos e ambientalistas, mas que parece ter ficado como que “parada” no tempo, não se sabendo se isso aconteceu em função da fraqueza dos seus instrumentos normativos e reguladores – Conselho Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal do Meio Ambiente, Brigada Ambiental, Zoneamento Ambiental, Sistema Municipal de Unidades Protegidas do Recife,

Licenciamento Ambiental, Fiscalização Ambiental e Compensação Ambiental – ou de comprometimento dos seus membros gestores com a lógica economicista. Isso nos tem levado a indagar em que medida a criação das UC e APA não terminaram constituindo estratégias com a finalidade de atenuar as tensões sociais e, ao mesmo tempo, reservar áreas a serem usadas, posteriormente, no processo de urbanismo de caráter preponderantemente economicista. Em outros casos, a Lei é diretamente burlada, através da criação de “Zonas Especiais”, a fim de favorecer os interesses hegemônicos, tal como acontece na Praia do Paiva (figura 3).

Fonte: Malha Digital, IBGE, 2010. Imagem de Satélite obtida pelo Plugin do QGIS BingMaps, 2015.

Figura 3. Fronteira Natureza-Sociedade na Praia do Paiva, Jaboatão dos Guararapes - RMR. FONTE: Malha Digital, IBGE, 2010. Imagem de satélite obtida pelo plugin do QGIS Bing Maps, 2016.

Neste sentido, expôs-se a utilização dos instrumentos legais em favor da permissibilidade visando à supressão da natureza na área da praia do Paiva. As ações sobre a área submetiam-se à Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) – lei nº 2.179 de abril de 2004 – do Cabo de Santo Agostinho, a qual impunha alguns parâmetros urbanísticos, de acordo com a zona de ocupação e suas características ambientais. A área da Praia do

Paiva, segundo o macrozoneamento, foi classificada àquela época como Zona de Expansão Urbana de Interesse Ambiental II, prevendo algumas restrições quanto ao uso e à ocupação do solo, tais como: taxa de ocupação máxima de 10%, gabarito máximo de 9 m, número máximo de 2 pavimentos, taxa mínima de solo natural de 80% da área, lote mínimo de 10.000 m².

Ainda de acordo com a referida lei, em seu art. 18, “a Zona de Expansão Urbana de Interesse Ambiental II configura-se por uma ocupação de baixa densidade construtiva, de modo a conservar suas características ambientais, sendo permitida a ocupação com granjas, chácaras e atividades de lazer”. Na seção II, art. 67, inciso primeiro, considerou como áreas “*non aedificandi*” (para não construir): “I – as margens dos rios, canais, lagoas e açudes existentes no Município, conforme foi disciplinado na legislação em vigor”. Por suas características naturais e por se tratar de uma área de grande diversidade ambiental – como já exposto acima – a Praia do Paiva foi outrora considerada como tal.

Contudo, em favor do interesse sobretudo economicista visando à geração e expansão espacial de valores, o ambiente da praia do Paiva, em 2007, passou a ser considerado como “Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia (ZETLM-RP)”,

É nesse contexto institucional de valorização dos interesses econômicos hegemônicos e de modernização conservadora, que o poder público municipal, de pronto, criou a ZETLM-RP, [...] Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia da Reserva do Paiva, a partir da Lei Municipal Nº2.387/07 (Cabo de Santo Agostinho), que estabelece parâmetros urbanísticos específicos para esta área. (Barbosa, 2014, p. 159-160)

Revela-se, assim, a flagrante utilização do território em favor da lógica economicista, desconsiderando a natureza e instrumentalizando-a para geração de valores. O que tem propiciado a expansão urbana que agudiza ainda mais as fronteiras físicas e simbólicas da natureza e desconsidera sua importância no que tange ao seu papel na garantia da qualidade de vida na cidade, refletindo-se, também, no reforço do maior distanciamento entre sociedade e natureza.

Não constituindo portanto um processo local, as cidades, sob os imperativos da referida lógica, têm se transformado em espaços em que a natureza fetichizada assume ampla presença, seja pela sua escassez, seja pela impossibilidade de resgatar a beleza que representa uma forma de amenizar a paisagem cada vez mais hostil dos centros urbanos e oferecer amenidades. A estandardização dos ambientes urbanos, reforçando a supressão da natureza para fins

meramente econômicos, revela a necessidade urgente de se realizar uma reflexão profunda acerca da devastação, ao mesmo tempo, física e simbólica da natureza. Desse modo:

Impossível pensar a cidade e o urbano modernos, enquanto obras (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais) sem de início concebê-los como produtos. E isso num modo de produção definido, que ao mesmo tempo enfraquece, mostra suas consequências extremas, por vezes deixa passar ‘outra coisa’, ao menos como alerta (expectativa), exigência, apelo. Decerto, os ecologistas já tinham advertido e opinado: território, meio ambiente, ar e água poluídos, a natureza, essa ‘matéria primeira’, material da Cidade, devastada sem escrúpulos. (Lefebvre, 2006, p. 6)

Trata-se acima, portanto, da apresentação de três exemplos de urbanismo que vêm acontecendo através de um processo doloroso de supressão da natureza, que mostra como é fetichizado o contato com a natureza e com o belo da paisagem, em áreas que se acham ameaçadas pelo avanço da urbanização baseada na geração de valores puramente econômicos, reduzindo a fronteira da natureza em diversos lugares da RMR. Mas que, por outro lado, se anuncia como alternativa fatal ao desenvolvimento territorial calcando-se no discurso de uma governança democrática que ocorre em benefício da coletividade, como visto no Plano Diretor. Porém, de acordo com Rolnik (2015, p. 373), embora esta autora tenha dado destaque ao problema da supressão de territórios vividos por famílias pobres localizados em áreas de grande valor imobiliário na cidade, considera-se que, em geral,

As novas formas de governança conduzem à expansão das fronteiras do mercado por meio de processos contínuos de acumulação por espoliação, ou de capitalização do espaço e da vida, através da captura e do cercamento de espaços públicos, da extensão da mercantilização da terra e da moradia ou simplesmente de expulsões.

Diante da lógica supramencionada, também a natureza é nitidamente conduzida à sua supressão em função dos interesses puramente

mercadológicos. Daí a necessidade de se refletir sobre possibilidades de se retomar caminhos à construção de práticas efetivamente criativas e inovadoras em termos de uso do território voltado ao desenvolvimento territorial concreto, para o que a conservação das atuais fronteiras naturais faz-se fundamental.

Para o que, acrescentava Reclus, a educação desempenharia papel fundamental. Em suas próprias palavras, segundo este autor: “É preciso que o estudo direto da natureza e a contemplação de seus fenômenos tornem-se para todo homem completo um dos elementos primordiais da educação” (RECLUS, 2010a, p. 92), na busca da criação de um saber ambiental capaz de consolidar a racionalidade ambiental. Do contrário, não se conseguirá combater a privatização da natureza, reduzindo-a a mera mercadoria para incrementar a geração de valores puramente econômicos.

No âmbito de uma concepção crítica e complexa do mundo, em permanente processo de mudança em algum sentido, construído a partir do diálogo de saberes e trocas interdisciplinares do conhecimento, faz-se premente reconhecer a necessidade da concretização de uma efetiva educação voltada à compreensão do ambiente em sua complexidade. Nesse sentido, Leff (2009b, p. 20) afirma que a educação deve

[...] volta[r] seu olhar ao entorno, à história e à cultura do sujeito, a fim de reapropriar seu mundo desde suas realidades empíricas [...] reconhe[ndo] o conhecimento; observa[ndo] o mundo como potência e possibilidade; entende[ndo] a realidade como construção social, mobilizada por valores, interesses e utopias. (grifos nossos)

Desta forma, apoiamos a ideia do saber ambiental (Leff, 2009a), o qual preenche o vazio deixado pela dinâmica do progresso da racionalidade científica e, por conseguinte, desconstrói o paradigma economicista da modernidade, visando à construção de futuros possíveis. Reiteramos que tal processo pode ter seu começo

[...] questiona[ndo] os comportamentos associados às práticas de consumo derivadas da sociedade pós-industrial e os interesses disciplinares que

obstaculizam a produção de estudos integrados do processo de desenvolvimento; da mesma forma, problematiza as ideologias que orientam as demandas das classes trabalhadoras e dos movimentos populares para satisfazer suas necessidades básicas através do acesso ao mercado de trabalho e da distribuição de renda. (Ibidem, p. 100)

Dessa maneira, lembramos que se deve integrar, efetivamente, a dimensão ambiental às demais dimensões do planejamento territorial – social, econômica, tecnológica, cultural, pedagógica e política – considerando-o como uma totalidade complexa. Sob tais parâmetros, poder-se-á, segundo Leff (2009a), induzir a construção de novos valores no comportamento dos agentes sociais, problematizando todo o conjunto de disciplinas científicas que constituem o suporte da racionalidade econômica e tecnológica dominantes que têm norteado as ações urbanísticas.

Para isso, é preciso, concomitantemente, transpor as chamadas e ameaçadoras “ciências ambientais”, conseguindo, com o saber ambiental, rearticular em uma totalidade complexa em movimento contínuo as três ecologias inerentes à ideia da *ecosofia*. Esta, para Guattari (2012, p. 8), seria resultante de um processo de articulação ético-política “[...] entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações ecológicas e o da subjetividade humana)”, buscando algo efetivamente alternativo enquanto processo de relação sociedade-natureza.

Acreditamos, assim, que, mudando o pensar através da sua relação dialógica com o mundo, conseguiremos mudar a atual experiência de uso do território que suprime as fronteiras naturais e, conseqüentemente, suprime a natureza na cidade. O que, por outro lado, impede a garantia do direito à natureza para todos.

Discussão

Partimos da consideração ontológica de que o ser humano é inclinado emocionalmente ao belo e que, por isto, ele tem, como alertaram Marin e Oliveira (2005), a necessidade premente do exercício da contemplação que o une ao seu meio ambiente. Para Dufrenne (2002), a causa desse prazer provém do encontro harmonioso entre a imaginação e o intelecto, entre a razão e a emoção, situação provocada pela experiência

estética, pelo encontro com o belo. Quintás (1992) afirma que, neste espaço de encontro, nunca se está individualizado, uma vez que se estabelecem posições de dialogicidade. Ser no mundo pressupõe abrir-se, dispor-se a diálogos constantes com o Outro humano e não-humano (Marin e Oliveira, 2005).

Por outro lado, segundo Duarte (1988), estamos-nos imersos em um sistema de linguagem que é conceitual e classificatório; o que faz parte de um mundo em que nossas relações com o Outro humano e não-humano têm a reificação como um imperativo, acabando por atenuar a essência estética do humano, pela qual o reconhecimento da distinção desse grande Outro turva-se em nossa percepção.

Neste contexto, têm-se, por um lado, as paisagens resultantes da interação do humano com o mundo, produzida segundo a lógica da racionalidade instrumental, que gera objetos acabados e funcionais. Por outro lado, tem-se uma proposta de fortalecer a recuperação das paisagens como fruto de relações dialógicas fundamentadas na lógica da racionalidade ambiental, pela qual se engendram realidades “inobjetivas”, espaços lúdicos, ou seja, espaços que não se acham embasados no racionalismo funcional e instrumentalizador economicista da realidade; mas que considerem a estética e a ética presentes no belo como um imperativo para a recuperação da natureza como um direito de todos.

Dufrenne (2002), também enquanto um sofredor da paisagem, questiona a atuação da arquitetura – no sentido amplo do termo – como provedora do habitat que, em sua busca pela funcionalidade economicista, suprime a beleza ingênua da paisagem. Desse modo, como argumentaram Marin e Oliveira (2005), por mais que a técnica seja exitosa no que diz respeito à edificação de um ambiente racionalmente funcional, sob o modo capitalista de produção, ela pode não considerar de todo a necessidade estética do humano. Daí, muitas vezes, a ausência, nos projetos que seguem a lógica economicista de lidar com o ambiente, do belo natural e da espontaneidade estética da natureza. Na mesma direção do pensamento, Dean (1994, p.24) reforça que o:

[...] homem reduz o mundo natural à ‘paisagem’ — entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional — ou também, o que é ainda mais

assustador, à ‘espaço’ — planícies desertas aplainadas a rolo compressor e sobre as quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações. Seus campos se empobrecem, seus pastos se tornam magros e lenhosos, suas cidades entram em colapso. O mundo natural, simplificado, em desacordo com os desejos humanos mas em resposta a seus atos, converte-se em uma enorme macega cosmopolita de luto.

Escreve-se, assim, ainda que numa perspectiva mais empírica, que o processo de urbanização, norteado pelo então “progresso” sob os parâmetros da racionalidade instrumental economicista, enfeia a paisagem destruindo toda a sua espontaneidade e impedindo a experimentação estética do belo natural.

De acordo com Scruton (2013), estaríamos vivendo, nos dias atuais, em um mundo no qual a beleza tem perdido sua importância, na medida em que a sociedade tem perdido o hábito do sacrifício, procurando sempre evitá-lo. Em suas próprias palavras,

[...] tudo o que afirmei acerca da experiência da beleza insinua que ela possui fundamentos racionais. Desafia-nos encontrar significados em seu objeto, traçar comparações críticas e examinar nossas próprias vidas e emoções à luz do que descobrimos. A arte, a natureza e a forma humana — tudo isso nos convida a colocar essa experiência no centro de nossas vidas. Se assim o fizermos, ela nos proporcionará um local de refrigério do qual jamais nos cansaremos. [...] O juízo da beleza ordena as emoções e os desejos daqueles que o emitem. Ele pode muito bem expressar seu prazer e seu gosto; porém, trata-se de um prazer naquilo que eles valorizam e do gosto por seus verdadeiros ideais. (SCRUTON, 2013, p. 206-207)

Vivemos, nos dias atuais, sob imperativos da homogeneização da paisagem, os quais se acham vinculados à lógica economicista do processo de urbanização e, por conseguinte, de intervenção no ambiente, nas diversas escalas do seu acontecer global-local. O que tem desvinculado os ambientes da experiência, dos sentimentos das pessoas, negando, portanto, a

identificação dos habitantes com os seus próprios territórios de existência. Isso é compreendido pela ampliação da produção do espaço através de um processo que procura, a todo custo, apagar traços históricos, símbolos, tanto dos ambientes construídos, como dos ambientes não-construídos, como visto nos exemplos. Abstrai-se a natureza e a beleza na cidade, intensificando a artificialização da relação sociedade-natureza, além de interferir na qualidade de vida das pessoas e turvar as percepções quanto à questão da beleza da paisagem. Enfim, o que também nos preocupa reside no fato de que tal dinâmica tem resultado numa relativa conformação da maioria das pessoas. Inferimos, no entanto, que isto constitui um dos reflexos da ausência de uma educação focada na ética e na estética das paisagens, voltada, efetivamente, para a sensibilização das pessoas com relação à importância da natureza nos diversos ambientes do acontecer humano.

Todavia, sempre otimista no que tange à superação da lógica da racionalidade economicista destruidora da beleza das paisagens, Reclus (2010a, p.89) acreditava que “Felizmente, o belo e o útil pode[ria]m aliar-se de maneira mais completa”. Porém, deve ficar elucidado que a passagem da paisagem enquanto produto da racionalidade instrumental para a paisagem fruto do dialogismo e da racionalidade ambiental é uma tarefa, sobretudo, de re-sensibilização do ser humano. Neste contexto, vale a pena também ressaltar que

A educação, que primou pela sistematização do mundo, hoje precisa ensinar o ser humano a reencontrar-se com o mundo, à misturar-se à natureza e repensar suas necessidades. Uma delas, e podemos dizer emergencial, é o reconhecimento da natureza estética na sua relação com o mundo e com o outro. O ser humano é emoção antes de razão e esse contato primordial com o mundo foi durante muito tempo negligenciado pelo processo educativo. (Marin e Oliveira, 2005, p. 208).

Destarte, no sentido de evitar que caiamos numa espécie de humanismo reduzido que não extrapole a dimensão das letras e dos bons intentos inerentes à realidade rígida e complexa das relações humano-humano e humano-não humano, este tópico também chama a atenção, especialmente, para a necessidade de uma

reeducação estética do humano, bem como para o seu papel na promoção do resgate da beleza nas paisagens resultantes da nossa interação com o mundo. O que só se alcançará na medida em que a sociedade for, efetivamente, re-educada no sentido de comover-se com seu meio, como sofredora das paisagens. Isso porque, não bastam belas ideias, mesmo que pródigas, sem correspondentes posicionamentos no enfrentamento das teses e das vontades que se confrontam, para serem impostas. Portanto, buscamos chamar a atenção de todos para escaparmos de uma atitude puramente teórica para se caminhar em direção, ao mesmo tempo, ao comportamento humano em sua complexidade e totalidade.

Neste sentido, reiteramos que emerge a necessidade de uma educação que delimite a ética como filosofia primeira, sobre a qual poderá erguer-se uma nova filosofia como filosofia da beleza e que considere a poética do espaço, como alertara Bachelard (1993). Neste contexto, as contribuições de Schiller (2002) são imensas, pois este filósofo ao apresentar suas críticas à problemática da fragmentação do sujeito em sujeito do conhecimento e sujeito ético-prático, abriu uma fenda pela qual se pode entrever a necessidade de uma ‘Educação Estética do Homem’ (2002). Schiller, nesta sua busca por uma unicidade do sujeito, colocou como imperativo a superação da dualidade posta entre o aspecto contemplativo da teoria do conhecimento e a atividade individual do sujeito ético marcada pelo domínio do objeto reificado, por meio da reconstrução do espírito humano, como alertara Mendes (2014), que permitiria o jogo entre o domínio do entendimento e da sensibilidade. O belo, enquanto educação estética, poderia, então, reestabelecer a plenitude do humano.

Em sendo assim, portanto, devemos encontrar na reeducação uma intercessão entre os contornos da sensibilidade e da razão; descobrir um alicerce objetivo entre o jogo do sentimento e do entendimento, da prática sensível e da razão; requerer uma nova ética e uma estética que associem, em seu conjunto, as potencialidades humanas, na direção do resgate da unidade do humano, para que enfim pintemos a racionalidade ambiental aqui recolocada.

Com isso, decerto, a sociedade procurará, permanentemente, pressionar de maneira mais efetiva os gestores públicos locais, no sentido de fazê-los enxergar, pela escuta às pessoas envolvidas, a complexidade dos problemas

inerentes ao território urbano. Sem tal consideração não se conseguirá avançar mais.

Diante do acima exposto, conseguir-se-á, portanto, resgatar a beleza das paisagens socialmente produzidas, desta vez a partir do movimento de proximidade da sociedade com a natureza, combatendo a racionalidade economicista que tem engendrado, no curso da história urbana, a fealdade da paisagem; bem como pela racionalidade efetivamente ambiental, acrescentando mais beleza ao espaço urbano, ou seja, humanizando-o, poetizando-o.

No que diz respeito a este último raciocínio, a partir da sua experiência de (re)aproximação da Natureza, Thoreau (2007, p. 39) asseverou,

Desconheço fato mais encorajador que a inquestionável habilidade do homem para elevar a vida através do esforço consciente. É importante ser capaz de pintar determinado quadro, ou esculpir uma estátua, e desse modo produzir objetos belos; é, porém, muito mais glorioso esculpir e pintar a própria atmosfera e o ambiente através do qual vemos e que podemos construir no plano moral.

Não obstante tal evolução ao nível do pensar e refletir acerca dos problemas ambientais contemporâneos, os três exemplos de supressão da natureza considerados neste artigo demonstram claramente o desrespeito das ações dos homens para com a natureza, a privatização da natureza segundo os interesses do mercado comercial-imobiliário-financeiro, e a destruição do patrimônio histórico-natural do território. Trata-se, enfim, de um conjunto de práticas urbanísticas que, se não forem revistas (no sentido de resgatar os valores humanos, éticos e de solidariedade), continuarão consolidando a insustentabilidade da vida na Terra.

Os próprios moradores dos territórios vizinhos – os *homens simples no seu espaço banal*, na acepção de M. Santos – às áreas próximas das fronteiras sociedade-natureza acima consideradas no espaço urbano recifense, manifestaram seu desejo de respeito para com a natureza; o que se acha representado pelas falas abaixo:

“A natureza merece nosso respeito, a gente gostaria muito de ter o mangue limpo, mas não

temos culpa se os ricos jogam lixo no rio e de lá o lixo chega até nós”. (Moradora de área próxima ao Manguezal do Pina, 53 anos, trabalhadora)

“Para mim primeiro de tudo a natureza é coisa de Deus..., que Deus nos deu para respeitar e dar nosso sustento...”. (Morador de área próxima ao Manguezal do Pina, 60 anos, trabalhador)

“Se as pessoas continuarem a sujar as águas do rio, Deus vai castigar a gente e a gente vai sofrer... porque Deus nos deu a natureza para amá-la”. (Moradora de área próxima ao Açude de Apipucos, 16 anos, estudante)

“É verdade, Moço, que o povo pobre também joga lixo no rio, no mangue e nas ruas, mas ele faz isso porque a Prefeitura não pega o lixo da gente e porque a gente não tem outro lugar para morar”. (Moradora de área próxima ao Açude de Apipucos, 44 anos, trabalhadora)

“A gente fica preocupado com estas obras, estes negócios (*empreendimentos na Praia do Paiva*), porque pode afetar mais ainda na nossa pesca, Suape já deixou uma marca ruim pra gente, a gente não consegue pescar a mesma quantidade do que há 10 anos atrás.” (Morador da praia de Itapuama, ao sul da Praia do Paiva, pescador).

Ao se resgatar, enfim, a beleza das paisagens, ouvindo a todos, reflexão iniciada com Castilho (2012) para a realidade urbana na RMR, ter-se-ão territórios sustentáveis à vida humana, isto é, equilíbrio entre natureza e sociedade, promovendo espaços efetivamente amenos garantidores do conforto ambiental; garantia do direito a estar próximo da natureza para todos, inclusive, para as classes sociais subalternas as quais sempre devem ser ouvidas desde a elaboração até ao processo de implementação das políticas públicas que as envolvam; e preservação do conjunto do patrimônio histórico-natural brasileiro, dentre tantas outras conquistas.

Conclusão

Para concluir a presente reflexão, reiteramos, portanto, a ideia de que, na busca permanente, da concretização do processo de consolidação da racionalidade ambiental – condição *sinequa non* ao atingimento do desenvolvimento territorial – faz-se necessário que a natureza seja tocada com o respeito que lhe devemos na condição de sermos a própria Natureza consciente de que é natureza. Em sendo assim, convém reiterar que

O sentimento da natureza, assim como o gosto pelas artes, desenvolve-se pela educação. O camponês, que vive no meio do campo e desfruta em liberdade da vista dos espaços verdejantes, ama sem dúvida infinitamente essa terra que ele cultiva, mas não tem consciência de seu amor e vê no solo apenas as riquezas dormentes solicitadas pela cultura. O próprio camponês ignora na maioria das vezes a beleza do vale que habita e dos escarpamentos que o cercam [...]. Todavia, se a educação pode fazer aqueles que ainda não compreendiam o profundo encanto da natureza apreciarem-na, ela também pode, quando é deformada, depravar o gosto e dar do belo ideias monstruosas e ridículas. (Reclus, 2010a, p. 69-70)

Nesta última perspectiva, ao contrário da ideia que defendemos ao longo deste artigo, a natureza continuará sendo, nas palavras de Reclus (ibidem), profanada pelos especuladores – através de suas atividades ligadas a processos de exploração agrícola, industrialização, urbanização no campo e turistificação – os quais, contraditoriamente, são atraídos pela sua própria beleza.

Convém salientar, ainda, que, tal processo de profanação da natureza foi, com o tempo, cada vez mais agravado, mormente pela finalidade de transformá-la em mercadoria, comodificando as paisagens historicamente produzidas na Terra; o que tem acontecido de maneira mais célere e intensa, principalmente, nas grandes cidades. Em assim sendo,

Nas palavras de J. Livingstone ‘a forma mercadoria penetra e transforma dimensões da vida social

até então isentas de sua lógica, até o ponto em que a própria subjetividade se torna uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado, como a beleza, a limpeza, a sinceridade e a autonomia (BAUMAN, 2008, p. 152).

A problemática ora ressaltada remete-nos, portando, à urgência de transformar as pessoas em atores mais sensíveis, respeitadoras, admiradoras e até amantes da natureza, amantes de sua poética. Nesse sentido: “Vastas regiões, outrora belas de se ver e que se amava percorrer, foram inteiramente desenhadas e experimenta-se um sentimento de verdadeira repugnância ao observá-la”. (RECLUS, ibidem)

Daí a insistência na relevância da educação, ou melhor, de um processo de reeducação das pessoas.

É preciso que o amante da natureza livre tenha um gosto de rara delicadeza para que possa tocar na terra sem destruir a graça, ou, inclusive, dando-lhe uma maior harmonia de linhas e cores [...], e que cada um de seus progressos não seja conseguido às expensas da terra que lhe serve de morada. (RECLUS, 2010a, p.71)

Somente assim é que se conseguirá conservar – e/ou ampliar – as atuais fronteiras da natureza na cidade, concebendo o fato de se estar próximo a ela como um direito a ser garantido para a coletividade da vida na Terra, redirecionando o atual processo de produção dos espaços geográficos no mundo inteiro.

Ao mesmo tempo, ressalta-se a necessária sensibilização, no que concerne à importância das paisagens e do resgate de suas belezas, no âmbito institucional, o qual tem, preponderantemente, o papel de nortear e regular as ações humanas no ambiente.

Esta “nova” postura com relação ao ambiente constitui uma necessidade de compreensão da ética e da estética da paisagem, pois a percepção de sua beleza pode vir a formar uma sinergia para a superação da estrita visão utilitarista da natureza, direcionando novas ações, desta vez mais humanas, no ambiente. Devemos assumir, portanto, o compromisso de não se deixar permear por interesses escusos ligados à instrumentalização da natureza que continua

distanciando-nos cada vez mais de uma racionalidade ambiental.

Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser responsáveis. Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre. (AB'SABER, 2007, p. 10)

Nesse sentido, destacamos alguns pontos a serem levados em conta no que diz respeito à elaboração de uma proposta visando à consideração efetiva da racionalidade ambiental no processo de construção da cidade. Destacamos, então três pontos a saber: (a) o resgate da legislação existente, capaz de, se aplicada como reza a política de meio ambiente da cidade de Recife, pelo menos, garantir a conservação das UC e APA institucionalizadas na cidade; (b) a prática da interdisciplinaridade, baseada no diálogo dos saberes, no âmbito da implementação das políticas públicas, visando superar a tradição do “institucionalismo transcendental”, tal como colocado por Sen (2011); e, por último, mas de não menos importância, (c) a reeducação da sociedade “como sofredora das paisagens” no sentido de pressionar os gestores públicos locais para escutarem e enxergarem os problemas que permanecem no território urbano.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os integrantes do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelas ricas discussões e contribuições para o desenvolvimento das pesquisas cujos resultados têm levado a reflexões como a acabamos de fazer. Agradecemos, concomitantemente, à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro e pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Referências

- Ab'Saber, Aziz N. 2007. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial, São Paulo.
- Arendt, Hanna. 2004. Da Violência. Trad.: Maria Cláudia Drummond. Coletivo Sabotagem, São Paulo.
- Bachelard, Gaston. A. 1993. Poéticadoespaço. Martins Fontes, São Paulo
- Bauman, Zygmunt. 2008. Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Trad.: Carlos A. Medeiros. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- Cabo de Santo Agostinho. 2004. Lei Municipal nº 2.179 de 12 de Abril de 2004. Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 15. Set. 2011.
- Institui a Política Urbana e Ambiental e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Cabo de Santo Agostinho. Disponível, 2006, 2006. Lei Municipal nº 2.360, de 29 de dezembro de 2006 em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 15. Set. 2011.
- Lazer e Moradia Reserva do Paiva – ZETLM, e dá outras providências. Disponível, 2007. Lei Municipal nº 2.387, de 30 de maio de 2007. Altera a Lei nº 2.360/2006, para criar a Zona Especial de Turismo, em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 15. Set. 2011.
- Capra, F.2006.A teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 13 ed. Cultrix, São Paulo.
- Castoriadis, Cornélius. 1992.O mundo fragmentado. (as encruzilhadas do labirinto 3).Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Chasin, J.2009.Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. Boitempo, São Paulo.
- Dean, W. 1996. A Ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira.Companhia das Letras, São Paulo..
- Duarte, J. F. Jr. 1988. Fundamentos estéticos da educação. 2ed. Papirus, Campinas, SP.
- Dufrenne, M. 2002. Estética e filosofia. 3ed. Perspectiva, São Paulo.
- Guattari, Félix. 2012.As três ecologias. 21ª ed.Papirus, Campinas.

- Harvey, David. 2013. Os limites do capital. Boitempo, São Paulo.
- Henrique, Wendel. 2009. O direito à natureza na cidade. Edufba, Salvador.
- Kotler, Philip; Gertner, David; Rein, Irving; Haider, Donald. 2006. Marketing de lugares: Como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. Trad.: Ruth Bahr. Prentice Hall, São Paulo.
- Lefebvre, Henri. 2006. A Produção do Espaço. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- Leff, Enrique. 2009a. Saber ambiental. Sustentabilidade. Racionalidade. Complexidade. Poder. Vozes, Petrópolis, RJ.
- Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. Trad. Tiago Daniel de M. Cargnin. 2009, Rio Grande do Sul: Educação e Realidade 34, 17–24.
- Louv, Richard. 2014. O princípio da natureza. Reconnectando-se ao meio ambiente na era digital. Cultrix, São Paulo.
- Marin, A. A.; Oliveira, L. C. B. de. 2005. A experiência estética em Dufrenne e Quintás e a percepção de natureza: para uma educação ambiental com bases fenomenológicas. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental [online] 15, 196-210. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/2935/1660>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- Mendes, Bruno; Moretti, Falcão. 2014. A perspectiva da totalidade na reconstrução estética do homem em Schiller. In: X Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar. Anais do Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar 10, São Carlos.
- Quintás, A. L. 1992. Estética. Trad. Jaime A. Clasen. Vozes, Petrópolis, RJ.
- Passmore, John. 1995. Atitudes frente à Natureza. Revista de Geografia UFPE 11, 91-102.
- Raffestin, Claude. 1980. Pour une géographie du pouvoir. Litec, Paris.
- Recife. 2012. As unidades protegidas do Recife. Secretaria de Meio Ambiente/Diretoria de Políticas Ambientais, Recife.
- Reclus, Élisée. 2010 a. Do sentimento da natureza nas sociedades modernas. Imaginário, São Paulo.
- Da ação humana na geografia física; 2010, geografia comparada no espaço e no tempo. Imaginário, São Paulo.
- Rodriguez, José Manuel Mateo; Silva, Edson Vicente da. 2013. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, tendências e desafios. Editora UFC, Fortaleza.
- Rolnik, Raquel. 2015. Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo, São Paulo.
- Schiller, Friedrich. 2002. A educação estética do homem. Tradução de Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. Iluminuras, São Paulo.
- Suzuki, Márcio. 2002. O belo como imperativo. In: A Educação Estética do Homem. Iluminuras, São Paulo.
- Scruton, Roger. 2013. Beleza. É Realizações, São Paulo.
- Sen, Amartya. 2011. A ideia de justiça. Companhia das Letras, São Paulo.
- Thoreau, Henry D. 2007. Walden ou a Vida nos Bosques. 7ª ed. Trad.: Astrid Cabral. Ground: São Paulo.
- Vallerani, Francesco. 2013. Italia desnuda. Percorsi di resistenzanel Paese del cemento. Edizioni Unicopoli, Milano.

Textos não publicados

- Barbosa, Adauto Gomes. 2014. *Exclusivismo sócio espacial na Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços Reserva do Paiva. Tese (doutorado em geografia). Recife, Universidade Federal de Pernambuco.*
- Raffestin, Claude. 2007. *Frontières et souffrances. Arquivo recebido por endereço eletrônico.*